

“Estão indo às urnas para vingar Getúlio”: A campanha eleitoral de 1954 em Santa Catarina a partir dos jornais

“They are going to the polls to avenge Getúlio”: The 1954 electoral campaign in Santa Catarina from the newspapers

Antônio Xavier Spengler Filho¹

Resumo: No presente artigo, se investiga a propaganda política realizada por meio dos jornais “O Estado”, “Diário da Tarde” e “Correio Lageano”, nas eleições de 1954 para o Senado Federal, realizadas em Santa Catarina. No curso deste processo eleitoral, houve o suicídio de Getúlio Vargas, então presidente da República. Investiga-se aqui, a instrumentalização da morte de Vargas pelas forças oligárquicas que rivalizavam pelo poder estadual desde a Primeira República.

Palavras-chave: Getúlio Vargas; Oligarquias; Eleição.

Abstract: In this article, we investigate the political propaganda carried out through the newspapers “O Estado”, “Diário da Tarde” and “Correio Lageano”, in the 1954 elections for the Federal Senate, held in Santa Catarina. During this electoral process, Getúlio Vargas, then president of the Republic, committed suicide. Here we investigate the instrumentalization of Vargas' death by the oligarchic forces that competed for state power since the First Republic.

Keywords: Getúlio Vargas; Oligarchies; Election.

Introdução

Neste artigo, vinculado ao campo da História Política renovada, se analisa, a partir de grandes jornais com circulação em Santa Catarina, as eleições de 1954 realizadas para o Senado da República. Este pleito, ocorrido há exatos 70 anos da escrita deste trabalho, foi marcado pelo suicídio de Getúlio Vargas. Este fato contribuiu para que o presidente, mesmo falecido, ocupasse o protagonismo dos temas debatidos no processo eleitoral e das bandeiras de campanha dos candidatos. Estavam em disputa duas vagas, sendo então permitido a cada partido ou coligação o lançamento de duas candidaturas para preenchê-las. A família Ramos, oligarquia política e latifundiária assentada na região serrana de Santa Catarina, inscreveu três candidaturas, por três diferentes partidos e coligações. Primos e aliados, Nereu Ramos², do

¹Graduado em História pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Contato: spenglerantonio@gmail.com

²Nereu de Oliveira Ramos foi advogado. Ocupou os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Interventor Federal, Senador da República, presidente da Câmara dos Deputados, Ministro da Justiça, Vice-presidente da República e Presidente da República. Integrou o PRC, a Reação Republicana, o PLC e o PSD. Piazza, 1994. p. 646.

Antônio Xavier Spengler Filho

Partido Social Democrático (PSD), e Saulo Ramos³, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), concorreram representando a coligação Aliança Social Trabalhista (AST). Do outro lado, rompido politicamente com a oligarquia, Aristiliano Ramos⁴, primo de Nereu e tio de Saulo, candidatou-se representando a União Democrática Nacional (UDN), agremiação partidária que apresentou também a candidatura de Adolfo Konder⁵, representante direto da oligarquia Konder-Bornhausen, com base eleitoral nas regiões do Vale do Itajaí e Norte de Santa Catarina, que expressava os interesses dos industriais destas regiões.

Os caminhos do poder político em Santa Catarina historicamente eram decididos via interação entre "família", "partido político" e "empresa" por meio da fusão entre os interesses públicos e privados. Nesta chamada “experiência democrática”, entre 1945 e 1964, estas redes políticas organizam-se sob as legendas PSD e UDN⁶. Durante o processo eleitoral de 1954, Santa Catarina estava sob a gerência de Irineu Bornhausen (UDN), cunhado de Adolfo Konder, eleito em 1950, reconquistando o governo estadual para esta oligarquia que estava há vinte anos afastada do poder local, desde a “Revolução de 30”⁷, que levou o ex-presidente do Rio Grande do Sul⁸, Getúlio Vargas, à Presidência da República⁹.

Na História e na Ciência Política, diversas pesquisas abordam as disputas entre as famílias Ramos e Konder-Bornhausen pelo controle do poder local em Santa Catarina. A disputa, iniciada na Primeira República, fez com que essas famílias fossem consolidadas

³ Saulo Ramos foi médico, fazendeiro e proprietário e diretor do jornal "A Evolução". Quando estudante de Medicina no Rio de Janeiro, engajou-se no movimento de 1930. Ocupou os cargos de Deputado Estadual, Deputado Federal e Senador da República. Integrou e presidiu o PTB de Santa Catarina. PIAZZA, Walter F. Dicionário Político Catarinense. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 648.

⁴ Aristiliano Ramos foi proprietário do jornal "Região Serrana". Ocupou os cargos de Vereador e Superintendente Municipal (prefeito) em Lages, Deputado Estadual, Deputado Federal e Interventor Federal. Chefiou uma das colunas militares em apoio da "Revolução" de 1930 no território de Santa Catarina. Integrou o PRC, a UDN e o PSD. Piazza, 1994. p. 637.

⁵ Adolfo Konder foi advogado, redator do jornal “Novidades” e fundador do jornal “Diário da Tarde”. Foi Secretário de Estado da Fazenda, Viação, Obras Públicas e Agricultura. Exerceu os mandatos de Deputado Estadual, Deputado Federal, Governador de Santa Catarina e Senador da República. Integrou o PRC e a UDN. Piazza, 1994. p. 358.

⁶ Raupp, 2010, p.124

⁷ Optou-se pelo uso de Revolução de 30 entres aspas, em função do longo debate existente na historiografia brasileira e as diferentes interpretações existentes, que não serão aqui aprofundadas. Marcos Napolitano, sintetiza que existem três posições: a primeira, ligada aos intelectuais do PCB de que houve uma “revolução burguesa”, a segunda, defendida por autores como Boris Fausto, de que o movimento de 30 significou um rearranjo político promovido por um “vazio de poder”, e a terceira, mais recente que as outras, defendida por autores como Edgar Decca, que questiona a existência de uma revolução em 30. Ver Napolitano, Marcos. **A roda da história quer girar mais rápido: a crise dos anos 1920**. 2016.

⁸ Cargo, na época, equivalente ao de governador.

⁹ Sobre o movimento de 1930 em Santa Catarina e a participação das oligarquias Ramos e Konder-Bornhausen ver NUNES, Karla Leonora Dahse. **Santa Catarina no caminho da Revolução de Trinta: memórias de combates (1929-1931)**. Florianópolis: Divesc, 2012. 301p.

“Estão indos às urnas para vingar Getúlio”: A campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais –

Antônio Xavier Spengler Filho

como as principais forças políticas em nível estadual¹⁰. A partir das práticas oligárquicas, essas "famílias políticas" transformaram-se em máquinas partidárias na disputa pelo poder em Santa Catarina¹¹. Esse antagonismo perdurou até a Ditadura Militar, quando ambas as famílias pactuaram em um mesmo partido, a Aliança Renovadora Nacional (ARENA), atuando conjuntamente como base de sustentação do regime em Santa Catarina¹², demonstrando que apenas atuavam em blocos distintos, representando diferentes facções da classe dominante, mas representavam as mesmas ideologias¹³.

Optamos no presente trabalho por promover o diálogo entre diferentes obras que analisam o jogo oligárquico catarinense, visando aprofundar estes estudos. Nas obras até então publicadas que debruçam-se sobre as eleições ocorridas no período republicano em Santa Catarina, não encontramos trabalhos que se aprofundam especificamente sobre a eleição do Senado de 1954, que ocorreu no contexto de acirramento de umas maiores crises políticas na história do Brasil Republicano. Neste caso, nos dedicamos a esta eleição como objeto central de investigação, com foco nas propagandas eleitorais realizadas por meio dos periódicos.

Uma História Política de Santa Catarina

Nas últimas décadas, muito tem se debatido na historiografia internacional e nacional, a respeito da história política e se ela estaria ou não superada. O nosso ponto de partida é a compreensão de que este campo da história passou por um movimento de "renascimento". Esse movimento foi consolidado, sobretudo, pela obra de René Rémond (1988), historiador francês que publicou *"Por Uma História Política"*. No Brasil, o campo da história política renovada é explorado por autoras como Marieta de Moraes Ferreira (1992) e autores como José D'Assunção Barros (2009), que escreveram importantes artigos sobre o retorno do interesse por abordagens vinculadas à história política e as novas possibilidades para a sua escrita.

¹⁰ Auras, 1991, p. 101

¹¹ Lohn, 2022, p. 84

¹² Sobre o apoio comum das oligarquias catarinenses ao golpe civil-militar de 1964 e à ditadura, ver MAY, Patrícia Zumblick Santos. **Redes político-empresariais de Santa Catarina: (1961-1970)**, Florianópolis, 1998. 182 f. Dissertação (Mestrado em História) UFSC, Florianópolis, 1998.

¹³ Moraes, 2012, p. 65.

“Estão indos às urnas para vingar Getúlio”: A campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais –

Antônio Xavier Spengler Filho

De acordo com Marieta de Moraes¹⁴, a fundação da revista de *Annales*, em 1929, na França, forjou uma geração de historiadores críticos à hegemonia que a história política manteve durante todo o século XIX. Motivados pela proposta de que o que a história política - que era elitista, factual, individualista e de curta duração - deveria dar espaço a uma história econômica e social, mais focada em comportamentos coletivos e de longa duração. Finalmente, uma história focada nos tronos e dominações saía de cena e emergia a opção de uma história dos povos e das sociedades.

Referenciada pelas teses de René Rémond e no processo chamado por ele de “renascimento da história política”, a autora destaca que lentamente esse quadro mudou e a “dimensão política dos fatos sociais” recuperou, desta forma, seu espaço na historiografia. A pluridisciplinaridade tem sido importante para renovar a história política, com destaque para a influência da ciência política. Esta interlocução tem oportunizado o atravessamento da história por questões como a participação na vida política, processo eleitoral, partidos políticos, grupos de pressão, opinião pública, mídia e relações internacionais têm se expandido constantemente¹⁵.

A inclusão de estudos sobre eleições, voto e participação política em geral entre as áreas de interesses tem como efeito a elaboração de pesquisas que abrangem diferentes atores sociais como objeto de análise. Deste modo, a história política afastou-se de uma representação exclusivamente elitista e individualista, podendo ter as massas - neste caso, os eleitores - como protagonistas. Além disso, a condição de poder utilizar registros, certidões, atas e dados partidários e eleitorais como fontes primárias trouxeram como novidade a possibilidade de acesso a vasta documentação para pesquisa no campo da história política¹⁶.

Para José D’Assunção Barros¹⁷, o retorno do interesse pela História Política nas últimas décadas, tanto no âmbito da historiografia internacional, mas também da nacional, está intrinsecamente relacionado às mudanças e disputas em torno do significado da palavra “poder”. Assim, as novas possibilidades de pesquisas não correspondem a mais do que uma “moda historiográfica” e sim a uma mudança estrutural na historiografia deste campo.

Nos trabalhos dos historiadores políticos do século XIX, o “poder” provinha

¹⁴ Ferreira, 1992, p.265.

¹⁵ Ibidem.

¹⁶ A retomada de prestígio da história política teve como expressão a abertura, em 1990, da própria *Annales* - anteriormente crítica, para a nova história política, a partir dos volumes *L'État Et Les Pouvoirs* e *L'État Et Les Conflits*, respectivamente de Jacques Le Goff e Jacques Julliard. Essas obras correspondem a volumes da coleção *Histoire de la France*, sob a direção de André Burguiere e Jacques Revel (Ferreira, 1992, p.268).

¹⁷ Barros, 2009, p.148.

exclusivamente do Estado, de grandes instituições ou, no máximo, das revoluções capazes de “destronar” um rei ou um governo. Essa perspectiva foi superada por uma compreensão mais ampla, que contempla o "poder" em questões como a vida cotidiana. A compreensão mais abrangente da noção de “poder” redefiniu os sentidos para o que se deve entender por História Política¹⁸.

Essa ressignificação dos sentidos da palavra poder permite que quaisquer problemáticas que sejam, de alguma forma, permeadas pelas noções de "poder" possam ser foco da história política. Portanto, questões como relações políticas entre diferentes grupos sociais, ideologias, movimentos sociais, micropoderes, símbolos, discursos, entre outras questões ganham atenção na nova história política. Da mesma forma, estas novas possibilidades permitem que antigas temáticas possam ter lugar nas pesquisas da história política renovada a partir de outras óticas.

[...] aqueles antigos enfoques da História Política tradicional que, apesar de terem sido rejeitados pela historiografia mais moderna a partir dos anos 1930 (Escola dos Annales e novos marxismos), com as últimas décadas do século XX começaram a retornar dotados de um novo sentido. A Guerra, a Diplomacia, as Instituições, ou até mesmo a trajetória política dos indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na organização do poder - tudo isto começa a retornar a partir do final do último século com um novo interesse¹⁹.

As duas possibilidades descritas por Barros para se fazer a nova história política apresentam-se neste artigo. Não pretendemos fazer uma descrição biográfica e factual focada na trajetória política de indivíduos que ocuparam lugares privilegiados na política catarinense e até nacional. Nossa visão é crítica, pois temos a compreensão de que estes indivíduos representavam historicamente os interesses oligárquicos de parcela da classe dominante catarinense. Do mesmo modo, compreendemos que a disputa eleitoral por eles travada em 1954, tendo os periódicos de grande circulação como espaço de propaganda política, traz para a arena da disputa do "poder" outros protagonistas para além das oligarquias: os leitores desses jornais e eleitores de Santa Catarina no período.

PSD, UDN, PTB e a redemocratização

A organização de partidos políticos permaneceu proibida durante todo o período de ditadura do Estado Novo, o que não significou o fim das disputas e articulações políticas a partir dos grupos oligárquicos oriundos dos antigos partidos da Primeira República.

¹⁸ Ibidem, p.149.

¹⁹ Ibidem, p. 150.

Antônio Xavier Spengler Filho

É neste sentido que durante o novo regime, inaugurado a partir de 1945, de multipartidarismo²⁰, os três maiores partidos nacionais - PSD, UDN e PTB - não surgiram, em Santa Catarina, como grupos ideológicos distintos. Essas agremiações foram organizadas a partir da reprodução das disputas oligárquicas presentes desde a cisão do antigo Partido Republicano Catarinense, ainda na Primeira República²¹. Marcelo Coelho Raupp aponta que o período da chamada "experiência democrática" congregou em Santa Catarina as tradicionais práticas oligárquicas de domínio político com as mudanças sociais em curso no país com. Nas palavras do autor:

Estas formas de ação e representação políticas associaram-se às transformações ocorridas na sociedade brasileira, que se transformava numa moderna sociedade de massas, através da urbanização e da inserção de parcelas cada vez maiores da população nas disputas políticas, sem, contudo, deixar de reportar-se a mecanismos de poder próprios de uma sociedade que não era tão urbanizada, nem tão "moderna". Assim agiram os tais "pequenos Getúlios" do PSD de Santa Catarina²².

O Partido Social Democrático surgiu alinhado a Getúlio Vargas para abrigar os interventores federais durante o Estado Novo. Portanto, foi composto pelas facções das oligarquias estaduais que prestavam apoio a Getúlio. O caráter do partido era conservador e seu eleitorado era predominantemente rural. Organizado a partir das máquinas estaduais, foi o partido mais forte eleitoralmente em nível nacional durante o período de multipartidarismo²³. Em todo tempo que o partido existiu, foi controlado em Santa Catarina pela oligarquia Ramos. Nereu foi presidente estadual da agremiação da sua fundação até o seu falecimento, em 1958. A partir disso Celso Ramos, irmão de Nereu, assumiu a presidência, permanecendo até a dissolução do partido com o AI-2, na Ditadura Militar²⁴.

A União Democrática Nacional caracterizou-se em nível nacional como uma frente que reunia cinco grupos distintos que faziam oposição a Getúlio Vargas. Entre eles estavam: oligarquias afastadas do poder com o movimento de 1930; aliados de Getúlio que romperam antes de 1937 por sentirem-se traídos ou marginalizados; aliados do Estado Novo que romperam com o poder central ou com os governos locais ainda no curso do regime; políticos

²⁰ “Multipartidarismo” foi utilizado por Yan Carreirão para definir o período entre 1945 e 1964 em contraposição ao período de “bipartidarismo” de 1964 a 1979. CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina, 1945-79**. 1988. 289 f. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/111881>

²¹ Piazza, 1994, p.773.

²² Raupp, 2010, p.124.

²³ Carreirão, 1988, p.33.

²⁴ Ibidem, 1988, 45.

Antônio Xavier Spengler Filho

liberais ideológicos; além de setores de esquerda, que posteriormente deixaram a UDN²⁵. Em Santa Catarina, a formação da UDN não contou com a participação de agrupamentos liberais de cunho ideológico e nem de esquerda. O partido, em nível estadual, foi formado majoritariamente pela oligarquia Konder-Bornhausen, herdeira do PRC, retirada do poder em 1930. Porém, estiveram presentes na formação da UDN catarinense importantes ex-aliados de Getúlio Vargas, de distintos grupos²⁶. Esses grupos foram liderados por Aristiliano Ramos e Henrique Rupp Jr, que, por divergências internas no interior do bloco de poder formado com o movimento de 1930, romperam com Nereu Ramos e Getúlio Vargas.

A oposição a Nereu Ramos, Getúlio Vargas e à ditadura do Estado Novo seria, portanto, o que motivava o enlace da oligarquia Konder e de dissidentes da oligarquia Ramos em um único partido. Nas palavras de Sonia Laus:

Não será outro o fator de união que se verificará já nos princípios do ano de 45 entre os remanescentes dos extintos Partido Republicano Catarinense de Adolfo Konder, do Partido Liberal de Aristiliano Ramos e a Legião Republicana, de Henrique Rupp. Derrubar a ditadura e com ela toda a máquina político administrativa montada no Estado, será o elemento norteador das ações destas facções, nas figuras de seus líderes estaduais, empenhados em reativar suas bases sócio-econômicas a nível municipal e estadual, desarticuladas mas não destruídas pelo Estado Novo, de seus fieis seguidores e dos novos adeptos que vão arregimentando a medida em que o movimento se expande e os insatisfeitos com o sistema político vigente se aglutinam²⁷.

O Partido Trabalhista Brasileiro foi fundado por Getúlio Vargas, como "um instrumento de mobilização do voto operário²⁸", impulsionado a partir da máquina estatal do Ministério do Trabalho e de estruturas sindicais, chegou a ser o segundo do país em termo de representação parlamentar. O próprio partido definia-se como “reformista-populista-trabalhista”. No caso da sua seção catarinense, o PTB surge com menos capilaridade organizativa e eleitoral que PSD e UDN. Apesar de ter grande penetração entre os operários, o partido não assumiu desde sua fundação um discurso reformista. Pelo contrário, suas principais lideranças políticas expressavam posições conservadoras. Articulado por Saulo Ramos, sobrinho de Aristiliano e neto de Belisário Ramos, o PTB estadual adota uma linha

²⁵ Carreirão, 1988, p.34 apud Benevides, 1981, p. 87

²⁶ Carreirão, 1988, p.51.

²⁷ Laus, 1985, p.52.

²⁸ Carreirão, 1988, p.35 apud Soares, 1981, p.8.

política reformista após 1958, com a vinda para Santa Catarina de Doltel Andrade, político ligado a João Goulart, para assumir o comando do partido, desalojando Saulo Ramos²⁹.

Na fase de multipartidarismo, as eleições majoritárias ocorridas em Santa Catarina foram polarizadas pelas duas grandes oligarquias: Ramos, a partir do PSD, e Konder-Bornhausen, com a UDN. O PTB representava o equilíbrio entre as duas oligarquias, comportando-se como a terceira força, favorecendo o partido ao qual formava coligação nas disputas para o Senado e Governo do Estado. Outros pequenos partidos nacionais também possuíam diretórios em Santa Catarina, como o Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Libertador (PL), Partido Social Progressista (PSP), Partido de Representação Popular (PRP) e formavam a cada eleição coligações com UDN e PSD. O Partido Comunista Brasileiro (PCB), por sua vez, apesar de estar por boa parte deste período sob a clandestinidade, tinha relativa organização em Florianópolis e Criciúma³⁰.

Contudo, Yan Carreirão³¹ conclui que por mais que ocorriam alianças pragmáticas que envolviam os menores partidos e que essas movimentações contribuíssem para alterar o resultado de eleições, a possibilidade de rompimento do domínio oligárquico e do predomínio eleitoral do PSD e UDN em Santa Catarina jamais esteve ameaçada neste período de 1945 a 1964.

O contexto político de 1954

O ano de 1954, com eleições para o Senado da República marcadas para 3 de outubro, era atravessado pelo auge de uma crise política. Para Maria Celina D'Araújo³², a crise política teve início na eleição presidencial de 1950, com a apresentação da candidatura que uniu o populismo varguista e ademarista. Com apoio formal do PTB e PSP, mas atingindo um movimento extrapartidário, obtendo apoio de seções estaduais do PSD “infieis” à candidatura de Cristiano Machado, Getúlio Vargas venceu a eleição presidencial. O retorno do político gaúcho à presidência da República, cinco anos após o fim da ditadura do Estado Novo, favorece também a rearticulação de uma expressiva oposição liderada pela UDN.

Este novo período à frente do Governo Federal, costuma ser dividido em dois diferentes momentos. O primeiro de 1951 a 1953, marcado pela política de conciliação com setores conservadores e com os interesses do capital estrangeiro. O segundo momento,

²⁹ Carreirão, 1988, p. 60-62.

³⁰ Carreirão, 1988, p.130.

³¹ Ibidem, p.130

³² D'Araújo, 1992, p.23

Antônio Xavier Spengler Filho

inaugurado pela ascensão do movimento de massas no país em 1953, foi marcado por uma orientação mais trabalhista. Nas palavras de Maria Celina D’Araújo:

Essa "virada" empreendida pelo Governo estaria evidenciada por dois marcos: a reforma ministerial de junho-julho de 1953 e a instrução 70 da Sumoc (Superintendência da Moeda e do Crédito), datada de outubro desse mesmo ano, tida como um golpe contra os grupos comerciais em prol da industrialização - o que teria desgostado boa parte dos setores econômicos dominantes. Interpretada como uma guinada para a esquerda, a nova orientação teria despertado a reação direta da classe média e dos grupos econômicos, em aliança com as Forças Armadas, contra o Governo. O conflito intraburguês passa a um plano secundário frente à ameaça do movimento de massas consentido e até mesmo incentivado pelo Ministério do Trabalho³³.

A vitória eleitoral de Getúlio Vargas em 1950 não se converteu, necessariamente, em uma base sólida de apoio popular ao governo. A situação econômica do país, acompanhada de grandes greves lideradas pelo movimento sindical a partir de 1953 em São Paulo e Rio de Janeiro aumentam, por um lado, a desestabilização do governo. Por outro, provocam atritos com setores empresariais contrários a concessões do governo para os trabalhadores e setores populares mobilizados. A oposição vê, nas greves, mais do que desgastes ao governo, mas também a possibilidade do estabelecimento pelo presidente de uma aliança com os setores populares insatisfeitos³⁴.

O aumento de 100% no salário mínimo, decretado a I de maio de 1954, que motiva a publicação do manifesto dos coroneis, vai constituir-se na alegação final para a deposição de João Goulart do Ministério do Trabalho e para a condenação do que seria a política demagógica do Governo em relação aos trabalhadores. Essa política de reajuste salarial, embora possa ser entendida como manobra eleitoreira para angariar prestígio junto aos setores populares, dada a proximidade das eleições estaduais e federais, pode ser interpretada também como o canto de cisne da política trabalhista de Vargas. O trabalhismo não fora uma reivindicação explicitada pelas bases sociais, mas se constituíra, através dos tempos, num dos fatores, se não de mobilização, pelo menos de cooptação das camadas populares. **No momento em que essa política é ofensivamente ativada, ela já não se mostra suficiente para refazer a imagem do Governo**, abalada pelo surto de denúncias e pelas campanhas da oposição³⁵ (grifo nosso).

Apesar dos acenos aos setores populares, no último ano de seu governo Getúlio Vargas vive grande isolamento político, não tendo conseguido controlar a forte oposição via imprensa, nem os grupos econômicos, nem os partidos e nem o movimento popular, recebeu

³³ Ibidem, p.21.

³⁴ D’Araújo, 1992, p.32.

³⁵ Ibidem, p.33, grifo nosso.

ainda o veto dos setores militares, perdendo todas as condições de governar. O cenário de crise inaugurado com a eleição de 1950 tem o seu auge com a crise de agosto de 1954.

A resistência de Vargas à renúncia levou a oposição liderada pela UDN em nível nacional a planejar a saída golpista. Os planos, no entanto, foram derrotados com o suicídio de Vargas no Palácio do Catete e com a comoção social causada com a sua morte. Os efeitos imediatos desses fatos foram o fortalecimento da aliança entre PTB e PSD, amparadas na “revitalização do populismo getulista”, mesmo sem a presença do mesmo. A dramaticidade gerada pelo suicídio, pela carta de testamento e todos os movimentos que sucederam a morte “reabilitaram” a herança política de Vargas, garantindo a manutenção do regime político vigente e a entrada do “getulismo”, a partir da aliança PSD-PTB, no sistema eleitoral³⁶.

O Estado, o Diário da Tarde e o Correio Lageano

O historiador que realiza pesquisa por meio dos periódicos, conforme Tânia de Luca³⁷, deve estar atento para algumas questões. Entre elas: o que motivou a decisão de se noticiar um acontecimento; o destaque dado a esta notícia; e até mesmo o local do periódico em que essa informação foi publicada, considerando que possuem diferentes pesos notícias publicadas nas capas, principais manchetes ou páginas internas e/ou secundárias. Consequentemente, defende a necessidade de levar em consideração, também, que jornais e revistas não se caracterizam como “obras solitárias”, mas sim por empreendimentos que mobilizam indivíduos a partir de ideias, crenças e valores divulgados pela escrita.

Daí a importância de se identificar cuidadosamente o grupo responsável pela linha editorial, estabelecer os colaboradores mais assíduos, atentar para a escolha do título e para os textos programáticos, que dão conta de intenções e expectativas, além de fornecer pistas a respeito da leitura de passado e de futuro compartilhada por seus propugnadores. Igualmente importante é inquirir sobre suas ligações cotidianas com diferentes poderes e interesses financeiros, aí incluídos os de caráter publicitário. Ou seja, à análise da materialidade e do conteúdo é preciso acrescentar aspectos nem sempre imediatos e necessariamente patentes nas páginas desses impressos³⁸.

Analisando os principais periódicos catarinenses no período da "Revolução de 1930", Karla Leonora Dahse Nunes constatou a facilidade de observar o comprometimento de cada periódico com interesses políticos e partidários, mas também pela existência de uma noção "educadora" presente nas páginas de notícias. Desta forma, os jornais eram escritos de forma

³⁶ Ibidem, 141-142.

³⁷ Luca, 2006, p 140.

³⁸ Ibidem.

Antônio Xavier Spengler Filho

que pudessem causar impacto nas condutas individuais e coletivas dos seus leitores. Nas palavras de Nunes:

Quase tudo era tratado às páginas dos jornais, levando ao "conhecimento" do público leitor, talvez para formar mais opiniões acerca do que já estava pré-elaborado ou ia sendo elaborado por um determinado grupo. A ideia vinculada às páginas dos jornais estaria, assim, pronta para ser absorvida servindo, nesse caso, para arregimentadores³⁹.

Portanto, não analisamos aqui os jornais escolhidos como se neles houvesse isenção ou buscando neles encontrar verdades absolutas. Partimos do pressuposto de que eles expressavam interesses políticos e estavam posicionados como apoiadores ou adversários da oligarquia estudada e de seus membros. Camilo Buss Araújo⁴⁰, ao analisar as eleições de 1950, concluiu que as linhas políticas e vinculações partidárias defendidas em *O Estado* e no *Diário da Tarde* eram claras. Estes dois, juntos ao jornal *A Gazeta*, também de Florianópolis, expressavam as posições dos maiores partidos de Santa Catarina: PSD e UDN, respectivamente.

O jornal *O Estado* contou com publicações diárias entre 1915 e 2008, tendo diferentes proprietários, inclusive Adolfo Konder, e diferentes alinhamentos políticos. No período em que nos debruçamos nesta pesquisa, o periódico encontrava-se sob administração de Aderbal Ramos da Silva, sobrinho de Nereu Ramos, também dirigente do PSD e governador do estado entre 1947 e 1951 e estampava orgulhosamente em sua capa o título de "o mais antigo em circulação". O acesso a este jornal deu-se exclusivamente por consulta online, tendo em vista que todas as suas edições no ano de 1954 estão disponíveis na *Hemeroteca Digital Catarinense*. Também sediado na capital e com publicações diárias, o *Diário da Tarde*, fundado em 1945, pertencia a Adolfo Konder, principal dirigente da UDN em Santa Catarina e cunhado de Irineu Bornhausen, governador entre 1951 e 1956⁴¹. Considerando que não foi possível encontrar online as edições de 1954 deste periódico, fizemos a pesquisa de forma presencial, no arquivo da Biblioteca Pública de Santa Catarina.

O periódico *Correio Lageano* é o único entre as fontes definidas que não possuía sede em Florianópolis. Foi fundado em Lages, berço da oligarquia Ramos e região onde os mesmos exerceram total domínio político e eleitoral. O jornal exibia em suas páginas entre 1924 e 1930 a consigna de órgão do Partido Republicano Catarinense (PRC). A partir de 1951, sob direção de José Paschoal Baggio passou a apresentar-se como "órgão independente

³⁹ Nunes, 2012, p. 78-79.

⁴⁰ Araújo, 2020, p. 5.

⁴¹ Araújo, 2020, p. 4-5.

“Estão indos às urnas para vingar Getúlio”: A campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais –

Antônio Xavier Spengler Filho

e noticioso”⁴². Ocorre que a partir da análise de suas edições, disponíveis integralmente digitalizadas na *Hemeroteca Digital Catarinense*, percebe-se facilmente o posicionamento direto como órgão de imprensa da Aliança Social Trabalhista, em especial, a serviço de Saulo Ramos e do PTB. Em 1954, justamente o ano da eleição que é objeto central desta pesquisa, passou a circular duas vezes por semana na região Serrana.

Os jornais chamam o povo às urnas

Nos primeiros meses de 1954, jornais passaram a noticiar articulações entre os partidos visando as eleições marcadas para outubro. As últimas edições de janeiro do *Diário da Tarde*, voltam-se, diariamente, a cogitar o lançamento de Adolfo Konder para o Senado:

[...] não obstante a campanha esquerdista que contra êle empreenderam em 1945 e 1950, saibam corrigir o mal cometido no passado, dando ao dr. Adolpho Konder, tudo aquilo que lhe negaram: esforços sinceros no sentido de fazelô Senador da República. E como Senador da República, Adolpho Konder continuará sendo o que sempre foi: um amigo incondicional do seu Estado e da sua gente⁴³.

O tema eleitoral passa então a ser mais frequente nas páginas de notícias, bem como as provocações aos opositores. Diante de encontros que ocorreram na capital catarinense entre políticos e a presença na cidade de Nereu Ramos e de Adolfo Konder, o jornal *O Estado* provoca:

A cidade está cheia... de notícias. Chegou o dr. Adolfo Konder. Chegou o dr. Wanderley Junior. Depois, chegou o dr. Nerêu Ramos. Depois, o sr. Vidal Ramos Junior, de Lages. Reuniões políticas! O sr. Bornhausen mandou o Maj. Guedes visitar o dr. Nerêu! Este esteve em Palácio retribuindo a visita. Diante disso, o BOATO virou cidadão florianopolitano. O sr. Governador vai aproveitar-se de todas essas meras coincidências para encher o interior de intrigas, a respeito de acordo político. Mas, antes disso, nós, daqui, olhamos para o passado de 51 para cá e enfrentamos o futuro com um democrático: Pois não tem!⁴⁴

A "alfinetada" do jornal pessedista ao governador da UDN rejeita possíveis desejos de entendimentos entre a UDN e o PSD local visando a eleição. Essa possibilidade remota de acordos entre adversários também repercute do *Correio Lageano*, na matéria de capa "Grande movimentação política no Estado”:

Já estão se movimentando os meios políticos catarinenses em torno da campanha eleitoral de outubro próximo. A Florianópolis têm ocorrido

⁴² Pereira, 1992, p.130.

⁴³ *Diário da Tarde*, 9 de fevereiro de 1954.

⁴⁴ *O Estado*, 16 de fevereiro de 1954.

Antônio Xavier Spengler Filho

próceres do interior e dirigentes, vindos do Rio, mantendo os mais diversos entendimentos. **Volta-se agora, a falar no acordo PSD-UDN para assegurar a ida dos srs. Nereu Ramos e Adolfo Konder ao Senado.** Sabe-se, entretanto, que ponderáveis correntes de ambos os partidos estão trabalhando em sentido contrário, **tendo mesmo o Cel. Aristiliano Ramos, quando de sua ida a Capital, levado o ponto de vista do Diretório local da UDN, fechando questão contra uma possível aliança com os pessedistas** (grifos nossos).⁴⁵

O texto publicado no maior jornal de Lages corrobora com os boatos de tratativas para composição da aliança envolvendo PSD e UDN para a disputa de duas vagas ao Senado, menosprezado pelo jornal pessedista da capital. Ao mesmo tempo, o *Correio Lageano* torna pública a oposição de Aristiliano Ramos, rompido com a família Ramos ao possível acordo. Na mesma matéria de capa, a expectativa do PTB, de Saulo Ramos, com as articulações em curso é exposta:

Por outro lado, tanto sociais-democratas como udenistas vem cortejando o PTB visando fazer inclinar-se em seu favor **a terceira força eleitoral do Estado.** O Deputado Saulo Ramos, Presidente do PTB, já se encontra em Florianópolis debatendo o assunto. **Para um acordo aquele parlamentar teria exigido uma Senatoria e quatro vagas em chapa federal conjunta.** As últimas notícias, entretanto, são de que a UDN já fez acordos com todos os demais partidos no Estado com exceção do PSD e PTB, que nesse caso marchariam juntos (grifos nossos).⁴⁶

Por mais que rumores de possíveis entendimentos entre PSD e UDN circulassem, um acordo entre os históricos adversários não se confirmaria. Por sua vez, o PTB demonstrava a partir de seu jornal o pragmatismo com que atuava em Santa Catarina, enfatizando que a coligação com os trabalhistas catarinenses era desejada pelos dois grandes partidos.

Na eleição de 1950, Vargas venceu a disputa presidencial no território catarinense. O PTB local, porém, contrariou a orientação de sua direção nacional de aliança com o PSD e coligou-se à UDN, do presidenciável Brigadeiro Eduardo Gomes. A pragmática aliança entre trabalhistas e udenistas elegeu Irineu Bornhausen (UDN) para o governo de Santa Catarina e Carlos Gomes de Oliveira (PTB) para o senado, derrotando, respectivamente, os pessedistas Udo Deeke e Nereu Ramos⁴⁷.

O PTB sabia que o seu eleitorado representava o "fiel da balança" das eleições em Santa Catarina. O *Correio Lageano*, assumindo essa condição, defendeu que Saulo Ramos

⁴⁵ *Correio Lageano*, 27 de fevereiro de 1954, grifo nosso.

⁴⁶ *Ibidem*, grifo nosso.

⁴⁷ Araújo, 2020, p.31-32.

“Estão indos às urnas para vingar Getúlio”: A campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais –

Antônio Xavier Spengler Filho

estava “credenciado pelo Dr. João Goulart” com “a chave da sucessão” para as eleições em suas mãos⁴⁸.

Apesar da forte oposição em nível federal, o governo udenista de Santa Catarina e o Governo Federal mantinham relação de auxílio mútuo. Coube então a interlocutores de Vargas a formulação de uma proposta de aliança em terras catarinenses onde PSD, UDN e PTB apresentariam chapa única, indicando os adversários Nereu Ramos e Adolfo Konder para o Senado. A proposta não teve aceitação na UDN local, que considerava aliança apenas com o PTB, sem margem para coligação com o PSD. Já a seção local do PTB exigiu uma das vagas da chapa para o Senado como condição para a composição de alianças, seja com PSD ou UDN⁴⁹.

Em sua convenção, a UDN pôs fim aos rumores de possíveis alianças com o PSD e PTB e aprovou a apresentação das candidaturas próprias de Adolfo Konder e Aristiliano Ramos como candidatos ao senado, contando com apoio dos pequenos partidos que sustentavam o governo de Irineu Bornhausen. A decisão, passa a ter repercussão semanal no periódico alinhado ao partido, com declarações diárias de apoio à chapa composta por dois ex-governadores e ex-adversários. “Catarinenses! Ao Senado da República, elevai Adolfo Konder e Aristiliano Ramos”,⁵⁰

Já a convenção do PSD, deflagrou pelo retorno da aliança rompida em 1950 em Santa Catarina e aceitou a demanda do PTB catarinense, cedendo aos trabalhistas uma das vagas na chapa para o Senado. Desta forma, a Aliança Social Trabalhista, apresentou-se com Nereu Ramos e Saulo Ramos para o Senado. As decisões das convenções partidárias repercutiram no *O Estado*⁵¹.

Sinalizando ao eleitorado de Getúlio Vargas, *O Estado* aproveita-se do acirramento da crise política e da feroz oposição da UDN no Congresso Nacional para elogiar o presidente da República em matéria de sua capa. Ao longo da campanha de 1954, os partidos e os seus candidatos direcionaram o enfoque das suas pautas à defesa de direitos dos trabalhadores e às ações do Governo Federal.

[...] o presidente Getúlio Vargas passará a história, quando as paixões de momento se aplanarem, com um dos grandes construtores da nação. Grandes monumentos marca-lhe-ão as passagens pela suprema magistratura: o sentido nacionalista do seu govêrno, Volta Redonda, Petrobrás, **o espírito de**

⁴⁸ *Correio Lageano*, 7 de março de 1954.

⁴⁹ Laus, 1985, p. 223-228.

⁵⁰ *Diário da Tarde*, 3 de junho de 1954.

⁵¹ *O Estado*, 4 de junho de 1954.

Antônio Xavier Spengler Filho

solidariedade humana e de justiça da Legislação Social Trabalhista, a exemplo (grifos nossos)⁵²

Esse comportamento em curso na disputa para o Senado Federal já havia ocorrido na disputa pelo governo do estado em 1950, como percebeu Camilo Buss Araújo⁵³. Dessa forma, os trabalhadores não apenas assistiam o jogo político feito pelos “de cima”. O processo eleitoral e o direito ao voto forçava que os grandes partidos incluíssem as pautas trabalhistas em seus discursos, dando o protagonismo eleitoral aos trabalhadores. As capas do *Correio Lageano*, neste sentido, exaltavam costumeiramente durante o ano eleitoral a defesa do “amparo na legislação social aos trabalhadores das autarquias e servidores públicos, quando seus direitos forem inferiores aos dos trabalhadores nas empresas privadas” por parte do PTB.⁵⁴

Nos dias que sucederam o fatídico 24 de agosto, observamos uma espécie de “trégua” da campanha oficial. As manchetes de pedido de votos ou de exaltação das qualidades de cada candidato deram lugar à repercussão da comoção popular diante do suicídio do Presidente da República. Os jornais aliancistas preencheram suas capas com fotos, a carta testamento e homenagens e destacavam que o “o povo brasileiro voltou-se contra aqueles que o atacaram e o injuriaram, fazendo-o chegar ao suicídio”⁵⁵, e que “o presidente Vargas cumpriu heroicamente sua palavra, preferindo a renunciar à vida a renunciar ao mandato do povo”⁵⁶, já apontando para os rumos que a campanha eleitoral assinalaria em sua reta final. O periódico udenista destacava que “a maior multidão jamais concentrada em São Borja acompanhou o corpo de Getúlio a última morada”⁵⁷ e reproduzia notas de homenagens à Getúlio, concomitante com a exaltação à “demonstração de coragem do Brigadeiro Eduardo Gomes” candidato da UDN nas eleições presidenciais anteriores e uma expressão da oposição ao varguismo. A nota, que fazia referências ao líder nacional da UDN, era uma reprodução do jornal *Tribuna da Imprensa*, da Guanabara, de propriedade de Carlos Lacerda, “que voltou a circular depois de dois dias de interrupção em consequência da ameaça do clamor público contra aquele jornalista”. O texto registrava que ao ser confrontado e hostilizado por

⁵² *O Estado*, 18 de abril de 1954, grifo nosso.

⁵³ Araújo, 2020, p.5.

⁵⁴ *Correio Lageano*, 12 de junho de 1954.

⁵⁵ *Correio Lageano*, 28 de agosto de 1954.

⁵⁶ *O Estado*, 25 de agosto de 1954.

⁵⁷ *Diário da Tarde*, 28 de agosto de 1954.

“Estão indos às urnas para vingar Getúlio”: A campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais –

Antônio Xavier Spengler Filho

populares com as palavras de ordem “Viva Getúlio, Morra Brigadeiro”, “encarou a turba com tranquilidade”⁵⁸.

A morte de Getúlio Vargas, em meio a crise política, impôs um cenário de profunda nacionalização da campanha eleitoral. Os jornais vinculados à AST buscavam associar a UDN catarinense ao suicídio do presidente da República. A figura de Getúlio Vargas passou a ser invocada em todos os momentos da campanha. Mais que isso, aproveitara-se da ante-sala da votação para, principalmente, aprofundar as tentativas de converter o suicídio de Getúlio Vargas em desgaste eleitoral para os candidatos da UDN. O povo era chamado às urnas, pois “estava chegando a hora de vingar Getúlio”, votando na AST “repudiando os homens e os partidos que levaram Getúlio Vargas ao túmulo e que implantaram, no Brasil, o atual Governo de traição nacional”⁵⁹.

Endossando o chamado do *Correio Lageano* aos trabalhadores para “vingar Getúlio”, o jornal *O Estado*, do PSD, concede espaço privilegiado em sua capa para a publicação de uma carta apelativa cujo o jornal atribuiu a autoria a “um grupo de trabalhistas”.

Está chegando a hora de vingar Getúlio e por isso aqueles que não compreenderam como era enorme o seu amor pelos humildes, têm os olhos de medo engateados [...] uma vingança quieta, sem armas...sem canhões...sem baionetas...porque o povo ainda vive entristecido com o sacrifício de seu grande líder. [...] Está chegando a hora de vingar Getúlio e derrotar aqueles que acreditaram que do coração do povo que êle tanto amava seria possível arrancar seu nome... [...] É agora que está chegando a hora de vingar Getúlio, já se ouve ao longe um grito de vitória: são os humildes, os trabalhadores...os funcionários e os homens da lavoura...que marchem juntos sem temer a nada, **porque estão indo às urnas pra vingar Getúlio!!!** (grifos nossos)⁶⁰

Os dias decorrentes ao pleito foram marcados, nas páginas dos jornais, com longos dias de apuração dos votos. Os resultados por município eram utilizados como termômetro para o resultado final, aguardado pelos comitês dos candidatos. Cada resultado parcial era utilizado para compor o “balanço” eleitoral de cada força política. O resultado final da apuração em Santa Catarina (Tabela 1)⁶¹, foi explorado pela UDN, por meio do *Diário da Tarde*, com constantes análises a respeito da derrota sofrida pelo partido. Os udenistas

⁵⁸ Ibidem.

⁵⁹ *Correio Lageano*, 30 de setembro de 1954.

⁶⁰ *O Estado*, 3 de outubro de 1954, grifo nosso.

⁶¹ O acesso de documentos históricos da eleição de 1954 está disponibilizado online pelo Tribunal Regional Eleitoral (TRE). Ver em:

<https://app.powerbi.com/view?r=eyJrIjoiNTIzZWQwNWEtYTI3Ny00NjEwLTljOWMtNzQ3Yjg3YTRhMWI4IiwidCI6ImFiNzcyYzYzLWVhMzgtNGIxZS1iZWY3LTdiNjBhZDhhY2RmMSJ9>

“Estão indos às urnas para vingar Getúlio”: A campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais –

Antônio Xavier Spengler Filho

consideravam que "não usaram de expedientes desonestos" e que não foram eles que "exploraram a morte do Presidente Getúlio Vargas", assumindo a tese de que o resultado eleitoral foi consequência da campanha assumida pela Aliança Social Trabalhista. Por meio do seu jornal, consideravam ainda que a "UDN pagou o pato" e que o "povo sentimental por excelência, o nosso, não deixaria de sentir o reflexo desse acontecimento inesperado e impressionante".⁶²

Tabela 1 - Resultado final em Santa Catarina

Nome do candidato	Partido/Coligação	Resultado	Situação
Nereu Ramos	PSD - Aliança Social Trabalhista	160.980	Eleito
Saulo Ramos	PTB - Aliança Social Trabalhista	145.627	Eleito
Aristiliano Ramos	UDN	135.530	Não eleito
Adolfo Konder	UDN	136.905	Não eleito

Elaboração própria. Fonte dos dados: Tribunal Regional Eleitoral (TRE).

Ao divulgar os número do pleito de 1954, treze dias após a votação, o *Correio Lageano* comemorou o "triunfo consagrador da Aliança no Estado", considerando que fora uma resposta "ao governo de Irineu Bornhausen", tendo o povo "eleito os candidatos de sua preferência e não os indicados pela pressão fiscal"⁶³. Chamou nossa atenção o fato de que o PTB, ao qual o periódico de Lages era politicamente vinculado, apontava o governo de Irineu Bornhausen, apoiado pelo partido até a recomposição da AST em Santa Catarina, como responsável pela derrota udenista, sem menções à morte de Getúlio, que guiou as propagandas do partido durante todo o processo eleitoral. Ou seja, nestes primeiros momentos após o resultado, os órgãos aliancistas parecem-nos ter abandonado a iniciativa de nacionalizar o debate, algo que buscaram fazer, especialmente a partir da crise de agosto, para voltar o foco, novamente, às questões estaduais.

A nacionalização da propaganda eleitoral em Santa Catarina por meio dos periódicos ligados ao PSD e ao PTB, com a apropriação da memória de Getúlio Vargas e a comoção popular diante da sua morte, nos parece ter sido eficaz como estratégia de campanha eleitoral.

⁶² *Diário da Tarde*, 17 de novembro de 1954.

⁶³ *Correio Lageano*, 16 de outubro de 1954.

Considerações finais

Dedicarmo-nos a estudar o processo eleitoral de 1954 para o Senado, diante da ausência de trabalhos que se propunham a analisar especificamente esta eleição, tornou-se algo desafiador. Ao articularmos a historiografia, a ciência política e a pesquisa em jornais, conseguimos contribuir com a consolidação do campo da história política catarinense, bem como proporcionar um acréscimo aos estudos que analisam as eleições em Santa Catarina.

Os três jornais escolhidos como fonte, dos quais tivemos acesso à todas as suas edições de 1954, figuravam entre os principais jornais em Santa Catarina e atuavam como porta-vozes dos interesses desses grupos econômicos e familiares. Esses órgãos de imprensa, uma vez que eram propriedade de membros dessas famílias políticas, funcionavam de maneira integrada com os negócios públicos e privados das oligarquias.

A respeito da problemática definida, constatamos que não é uma tarefa fácil avaliar o impacto do apelo eleitoral conquistado em favor da Aliança Social Trabalhista devido à comoção popular gerada pelo suicídio de Getúlio Vargas. No entanto, é possível concluir que a morte do Presidente da República impactou altamente os rumos das campanhas e de suas propagandas políticas promovidas por meio dos periódicos. Ademais, se comparados os números eleitorais de 1954 obtidos pela Aliança Social Trabalhista com os votos recebidos por Getúlio Vargas em Santa Catarina no ano de 1950, percebemos a formação de um certo padrão, fazendo-nos considerar que a feroz tática de propaganda eleitoral adotada pelas candidaturas de Nereu Ramos e Saulo Ramos por meio dos seus jornais tenha contraído êxito em associar a figura de ambos com o eleitorado catarinense de Getúlio Vargas.

Outros fatores também devem ser levados em conta nesta análise, como apontou Sonia Laus⁶⁴. Entre eles: a insistência por parte da UDN nas candidaturas de seus já desgastados líderes, Aristiliano Ramos e Adolfo Konder, acomodando nas vagas majoritárias os distintos grupos que compunham o partido, apontando para dificuldade de renovação de quadros partidários.

A crise de agosto e a traumática morte de Getúlio Vargas teve como consequência direta no sistema político em nível nacional a incorporação, efetivamente, do getulismo no sistema partidário, via consolidação da aliança entre PSD-PTB⁶⁵. Esta coligação elegeu Juscelino Kubitschek (PSD) para presidente e de João Goulart (PTB), em 1955, e foi

⁶⁴ Laus, 1985, p. 233.

⁶⁵ D'Araújo, 1992, p.33.

Antônio Xavier Spengler Filho

composta novamente em 1960, com a chapa formada por General Lott (PSD) e João Goulart (PTB). Em Santa Catarina, os reflexos desta verticalização da política de alianças após 1954 são nítidos. Seguindo a tendência nacional, o PTB catarinense, que até então representava o fiel da balança, se afasta definitivamente da UDN, e compondo a Aliança Social Trabalhista nas eleições seguintes para o governo do estado. Em 1955 a chapa apresentada foi Francisco Gallotti (PSD), tendo José de Miranda Ramos (PTB) como vice⁶⁶. Em 1960, a AST apresentou Celso Ramos (PSD) para governador e Doutel de Andrade (PTB) para vice⁶⁷.

Independente do vaivém que direcionava as dinâmicas do jogo oligárquico em Santa Catarina, o peso popular da figura de Getúlio Vargas e a herança do trabalhismo impuseram-se como fator decisivo no desfecho da disputa eleitoral para o Senado em 1954 e nos pleitos seguintes. As lideranças oligárquicas que tiveram êxito em dirigir a seu favor o clamor popular diante do suicídio de Getúlio Vargas.

Fontes

Diário da Tarde, 9 de fevereiro de 1954.

Diário da Tarde, 3 de junho de 1954.

Diário da Tarde, 28 de agosto de 1954.

Diário da Tarde, 17 de novembro de 1954.

O Estado, 16 de fevereiro de 1954.

O Estado, 18 de abril de 1954.

O Estado, 4 de junho de 1954.

O Estado, 25 de agosto de 1954.

O Estado, 3 de outubro de 1954.

Correio Lageano, 27 de fevereiro de 1954.

Correio Lageano, 7 de março de 1954.

Correio Lageano, 12 de junho de 1954.

Correio Lageano, 28 de agosto de 1954.

Correio Lageano, 30 de setembro de 1954.

Correio Lageano, 16 de outubro de 1954.

Referências

⁶⁶ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE). Resultado eleição de 1955. Florianópolis: TRE, 1955.

⁶⁷ TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL (TRE). Resultado eleição de 1960. Florianópolis: TRE, 1960.

Antônio Xavier Spengler Filho

AURAS, Marli. A construção histórica do condomínio palaciano Ramos/Konder/Bornhausen. In: AURAS, Marli. **Poder Oligárquico Catarinense: da guerra aos "fanáticos" do contestado à "opção pelos pequenos"**. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1991. p. 93-159.

ARAUJO, Camilo Buss. Nem tão “cristianizado” assim: apontamentos sobre as eleições de 1950 em Santa Catarina e a vitória de Getúlio Vargas. **Tempo e Argumento**, Florianópolis, v. 12, n. 29, e0207, jan./abr. 2020. <http://dx.doi.org/10.5965/2175180312292020e0207>

BARROS, J. D. História Política: o estudo historiográfico do poder, dos micropoderes, do discurso e do imaginário político. **Educere et Educare**, [S. l.], v. 4, n. 7, p. p. 147–162, 2009. DOI: 10.17648/educare.v4i7.1739. Disponível em: <https://e-revista.unioeste.br/index.php/educereeteducare/article/view/1739>

CARREIRÃO, Yan de Souza. **Eleições e sistema partidário em Santa Catarina, 1945-79**. 1988. 289 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1988. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/111881>. Acesso em: 10 mar. 2024

D'ARAUJO, Maria Celina. **O segundo governo Vargas 1951-1954: democracia, partidos e crise política**. 2. ed. São Paulo: Ática, 1992. 206 p. (Série Fundamentos ; 90).

FERREIRA, Marieta Moraes. A nova “velha história”: o retorno da história política. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 265-271, 1992. Disponível em: <https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1937?source=/ojs/index.php/reh/article/view/1937>

LAUS, Sônia Pereira. **A UDN em Santa Catarina: 1945-1960**. 1985. 336 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1985. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/112126>

LOHN, Reinaldo Lindolfo. **Relações políticas e as lógicas do poder das classes dirigentes** In: BRANCHER, Ana Lize, MACHADO, Vanderlei. **História de Santa Catarina na Primeira República** (1889-1930). Florianópolis: Editora da UFSC, 2022.

LUCA, Tania Regina de. Fontes Impressas. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi (org.) **Fontes Históricas**. São Paulo: Contexto, 2006, p. 111-153.

MORAES, Marcos Juvencio de. **As disputas pelo palácio governamental catarinense: as oligarquias, os autoritários e a instrumentalização do nacionalismo**. 2012. 196 f. Dissertação - Curso de História, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2012. Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2434>

NUNES, Karla Leonora Dahse. **Santa Catarina no caminho da Revolução de Trinta: memórias de combates (1929-1931)**. Florianópolis: Dioesc, 2012. 301 p

PEREIRA, Moacir. **Imprensa & poder: a comunicação em Santa Catarina**. Florianópolis: Lunardelli, 1992. 172 p.

“Estão indos às urnas para vingar Getúlio”: A campanha eleitoral de 1954 a partir dos jornais –

Antônio Xavier Spengler Filho

PIAZZA, Walter F. **Dicionário político catarinense**. 2. ed. rev. e ampl. Florianópolis: Assembleia Legislativa do Estado de SC, 1994. p. 869.

RAUPP, Marcelo Coelho. **Pequenos Getúlios: O PSD e as elites políticas catarinenses (1945-1970)**. 2010. 150p. Dissertação (Mestrado em História), Universidade do Estado de Santa Catarina, Florianópolis, 2010. Disponível em:
<https://sistemabu.udesc.br/pergamumweb/vinculos/000074/000074f6.pdf>